

Boletim

Nº 1.991 - Ano 43 - 18 de setembro de 2017

Earth Observatory/Nasa

RIQUEZA EM RISCO

Pesquisas comprometidas pelo corte de recursos, desmatamento em propriedades rurais e incapacidade das unidades de conservação de proteger espécies da fauna e flora do Brasil. Três artigos publicados recentemente por pesquisadores da UFMG confirmam as ameaças que pairam sobre uma das mais ricas biodiversidades do planeta.

Páginas 3, 4 e 5

Imagem de satélite de área desmatada na Amazônia brasileira

‘Humor contra a violência’
reúne pesquisadores em
seminário na Arquitetura

Página 8

A REARTICULAÇÃO do DA FAFICH

Gabriel Lopo*

Em 27 de março de 2015, foi denunciado o tráfico de drogas na Fafich. O Diretório Acadêmico da Unidade entendia que o tráfico é uma realidade social que não se restringe à universidade e que o fechamento da sede não seria a solução. No entanto, em 30 de março, alguns veículos de comunicação anunciaram o fechamento do Diretório Acadêmico Idalísio Soares Aranha Filho, uma determinação da Congregação provocada pela crise instaurada. Foi um golpe amargo que abalou a legitimidade da instituição.

Na sombra do debate sobre tráfico de drogas e segurança na universidade, muitos atores acabaram empreendendo uma dolorosa campanha de deslegitimação da entidade estudantil. O potencial de mobilização foi escorrendo pelas mãos como areia. Aos poucos, a desarticulação ganhou espaço. Foi uma cruel realidade, sobretudo para o legado de defesa da democracia e da justiça social do DA.

No dia 21 de setembro de 1979, Flaminio Fantini anunciou no Jornal República, seção de cultura, a vitória da chapa *Todo mundo no DCE* nas eleições do DCE da USP. Foi uma virada de 180° para o movimento estudantil. Era uma terça de outono, quando a junta eleitoral fechou uma discreta urna no segundo andar do prédio. No dia 30 de maio de 2017, foi eleita a chapa única *Todo mundo no DA*. Uma simples, mas importante mudança na dura condição de deslegitimação e desarticulação estudantil.

Naquele momento, havia uma esperança audaciosa em relação à rearticulação política do Diretório Acadêmico, combinada com um espírito de nostalgia que remeteu às décadas de enfrentamento, de liberdade e de abertura democrática. Um resgate das memórias, não para repeti-las, mas para se inspirar. Um *cartoon* foi desenhado durante a campanha: várias pessoas empenhadas em manter o grande letreiro: DA.

Ainda são pulsantes e vivas as barbaridades da ditadura. No dia 1 de abril de 1964, os militares empreenderam um golpe e instauraram uma ditadura no Brasil. Durante 21 anos, os militares perseguiram entidades estudantis defensoras da liberdade, e uma delas foi o DA Fafich. Em 13 de dezembro de 1968, o dia amanheceu com a Faculdade Filosofia cercada pela polícia que ameaçava entrar para prender o presidente do DA, Waldo Silva. Aquele foi um célebre momento de resistência política da UFMG à ditadura.

A memória de Idalísio Aranha é igualmente fundamental para a entidade. Idalísio nasceu em 1947, no interior de Minas. Relatos afirmam que era carinhoso, observador, cantador e tocador de violão. Quando secundarista, estudou no Estadual Central. Em 1968, ingressou no curso de Psicologia da UFMG e logo organizou a “luta dos excedentes” – estudantes aprovados que não foram convocados para ocupar suas vagas. Mais tarde, foi eleito presidente do DA da Fafich. Era casado com Walkíria Afonso Costa, estudante de Pedagogia. Ambos militavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 1972, mudaram-se e ingressaram na Guerrilha do Araguaia.

Em 1972, Idalísio e seu grupo combateram o exército. Idalísio perdeu-se do grupo. No dia 12 de julho, ele foi emboscado e morto, aos 25 anos de idade, segundo documentos oficiais publicados em 1992. Walkíria, militante e companheira de Idalísio, foi a última guerrilheira morta na região do Araguaia. Hoje o DA da Fafich carrega em seu nome uma homenagem a Idalísio, e o da Faculdade de Educação recebe o nome de Walkíria.

É custoso montar um belo castelo de areia. É um trabalho delicado, de muita atenção, concentração e dedicação. Por algum motivo, o escândalo midiático das “drogas” no Diretório abalou toda sus-

tentação histórica, política e articulada da entidade. Como a rápida mão intrusa, injusta e repleta de equívocos, a denúncia de 2015 provocou uma convulsão de fatos que desmancharam as bases do DA. A legitimidade em baixa e o sentimento de derrota para as ideias conservadoras atrapalharam as gestões seguintes ao escândalo.

O Diretório Acadêmico da Fafich assume o desafio de construir uma fortaleza e não apenas um castelo de areia por meio da rearticulação com os centros acadêmicos, da ocupação da Arena da Fafich com política e cultura e da presença nos órgãos colegiados, como a Congregação. Enfim, é preciso revitalizar o movimento estudantil, reforçando nosso legado histórico de resistência, de defesa da justiça social e da liberdade para construir o novo.

Já é possível falar que está em curso a rearticulação política do Diretório Acadêmico Idalísio Aranha. Estamos ocupando os espaços físicos, as instâncias colegiadas, as salas de aula e as ruas e tomando lado na história em defesa de um novo mundo. Somos e seremos maiores que as dificuldades. Com calor no peito, carregamos a esperança de que os frutos em breve serão colhidos na Fafich.

Algumas conquistas já podem ser mencionadas: O DA ganhou nova sede e agora funciona no segundo andar, na sala 2072. Além disso, seus integrantes têm frequentado as reuniões da Congregação, se aproximado dos CAs e, em agosto, promoveram uma recepção de calouros, com atividades lúdicas e políticas. Não deixa de ser um bom começo de conversa.

* Coordenador-geral do Diretório Acadêmico da Fafich e estudante da graduação em Relações Públicas da UFMG

Biodiversidade **AMEAÇADA** (e a pesquisa também)

Cortes de verbas para a ciência prejudicam a conservação de ecossistemas

Ana Rita Araújo

Os cortes no financiamento à ciência brasileira já afetam a pesquisa em biodiversidade, com graves reflexos na conservação dos ecossistemas e nos serviços prestados à humanidade, como saúde, segurança alimentar e hídrica. A denúncia aparece em artigo assinado por 54 pesquisadores e publicado na edição deste mês da revista científica *Perspectives in Ecology and Conservation*, do grupo Elsevier.

De acordo com o trabalho, “qualquer falha no Brasil em atingir suas metas de conservação e restauração terá implicações globais, incluindo a perda de biodiversidade, o aumento das emissões de carbono e a disseminação facilitada de doenças infecciosas”. Devido à importância do tema, os autores foram convidados pela publicação a traduzir o artigo para a língua portuguesa, de modo a alcançar os tomadores de decisão no Brasil, informa o professor Geraldo Wilson Fernandes, do Departamento de Biologia Geral da UFMG.

No texto, são analisadas as consequências da interrupção de investimento em trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), a maior rede da área no país, com 626 pesquisadores, organizados em nove redes que atuam em 93 pontos amostrais em todos os biomas brasileiros.

“Nos últimos 12 anos, montamos uma estrutura invejável e desenvolvemos métodos de monitoramento da biodiversidade que agora serão perdidos. Isso desagrega grupos, acarreta a perda dos recursos já investidos, impede a formação de nova geração de pesquisadores e compromete a capacidade do país de cumprir acordos internacionais”, enumera Fernandes, lembrando que, no Brasil, o meio ambiente está “sob intenso ataque dos ruralistas, facilitado pelas medidas governamentais”.

Segundo Fernandes, apesar da abrangência do PPBio, ainda há lacunas de conhecimento sobre grandes áreas, a exemplo da extensão geográfica conhecida como Matopiba, na confluência dos estados do Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Bahia, que guarda a maior área intacta de Cerrado. “Para quem não quer preservar, a ignorância é uma bênção, pois não se sabe o que se perdeu nas regiões destruídas”, ironiza o professor da UFMG.

Pesquisador de pontos amostrais em regiões como Peruaçu, Diamantina, Serra do Cipó e Uberlândia, em Minas Gerais, Fernandes informa que, de 2013 a 2015, foram destruídos mais de 1,9 milhão de hectares de Cerrado, o bioma sob maior pressão no país. “Isso equivale a 2% da vegetação existente e a uma taxa de desmatamento cinco vezes maior do que a da Amazônia no mesmo período”, contabiliza o professor.

Estratégia obtusa

Ele lembra que, em um momento de mudanças globais, a subtração de recursos para a ciência é uma “estratégia obtusa que presta um desserviço gigante” ao planeta. No artigo, Fernandes e os outros autores afirmam que “os cortes recentes afetam radicalmente os programas de pesquisa em biodiversidade que são componentes cruciais para a concepção e o monitoramento de políticas públicas para a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável”.

No contexto internacional, o Brasil é signatário de acordos que definem a proteção do meio ambiente e a diminuição de taxas de desmatamento, cujo cumprimento está em risco, diz o texto, por dependerem do alcance de importantes objetivos ambientais nacionais. Nesse rol, o artigo cita a restauração de 21 milhões de hectares de terras degradadas para cumprir a principal lei de proteção da vegetação nativa brasileira (o Código Florestal), incluindo 12 milhões de hectares até 2030, como parte de Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC, em inglês) do Brasil para o Acordo de Paris. Segundo os autores, o planejamento e a implementação das atividades de restauração dependem de dados sobre biodiversidade, que deixam de ser coletados e monitorados devido à falta de recursos.

O programa

O artigo *Dismantling Brazil's science threatens global biodiversity heritage* ressalta que os resultados do trabalho da rede de pesquisa têm fornecido novos conhecimentos e perspectivas, essenciais para um processo de tomada de decisão embasado e robusto das políticas econômicas e ambientais. “A pesquisa do PPBio é especialmente importante nas regiões onde a biodiversidade não foi estudada previamente e havia sido subestimada”.

Um dos exemplos citados é a descrição, nos últimos dez anos, de mais de 250 espécies, incluindo a descoberta de novas famílias, na Caatinga, a região semiárida mais populosa do mundo e que já perdeu cerca de 50% de sua cobertura vegetal original. Além disso, em apenas três anos, a mineração de dados de herbários brasileiros e novos espécimes de inventários de campo no PPBio acrescentou 1.674 novas espécies ao total de sementes de plantas nativas registradas no Brasil.

“No entanto, os efeitos do PPBio vão muito além da própria coleta de dados. O Programa contribuiu para o estabelecimento de capacidade e infraestrutura de pesquisas ecológicas, incluindo coleções científicas, especialmente em áreas remotas e virtualmente desconhecidas do país”, enfatiza o artigo.



Paisagem de cerrado: mais de 1,9 milhão de hectares destruídos de 2013 a 2015

Acervo Geraldo Wilson Fernandes

BIG BROTHER que não constrange

Baseado em monitoramento por satélite, Cadastro Ambiental Rural revelou-se incapaz de coibir desmatamento de propriedades rurais

Luana Macieira

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi criado com a justificativa de que impediria o desmatamento de propriedades rurais. Com base no monitoramento das terras via satélite pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o proprietário rural, quando desmatasse, receberia a multa pelo correio, sem necessidade de fiscalização presencial. Para muitos especialistas, essa vigilância a distância forçaria os produtores a reduzir os níveis de desmatamento em suas terras.

Estudo desenvolvido por pesquisadores da UFMG constata que essa esperança não se confirmou: o CAR não foi suficiente para combater o desmatamento e estimular a recuperação de áreas degradadas na Amazônia. O trabalho, publicado na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS), vale-se de dados do cadastramento de imóveis rurais no Pará e no Mato Grosso, estados onde a experiência com o CAR teve início nos anos de 2008 e 2009, respectivamente.

“Sempre se alegou que era difícil combater o desmatamento porque ninguém sabia quem desmatava. O cadastro se propõe a resolver esse problema, possibilitando que as pessoas sejam identificadas e punidas a um custo baixo. Por isso, o CAR foi uma das grandes moedas de troca do enfraquecimento do novo Código Florestal, que anistiou 58% da área de todo desmatamento ilegal até 2008. O problema é que os estados que implementaram o CAR e o governo federal não utilizaram todo o potencial punitivo do instrumento, pois temiam que muitos proprietários desistissem de se cadastrar ao perceberem que estariam mais sujeitos às punições”, afirma o professor Raoni Rajão, do Departamento de Engenharia de Produção da UFMG, coordenador do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais e um dos autores do artigo.

Para desenvolver o estudo, a equipe do professor Rajão e do Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam) comparou as taxas de desmatamento, antes e depois do cadastramento de regiões rurais, e entrevistou proprietários de terras. Foi usada na análise uma base de 25 mil propriedades rurais cadastradas no Pará (2008 a 2013) e no Mato Grosso (2009 a 2012).

Morosidade

Uma das conclusões do estudo demonstra que as pequenas propriedades reduziram o desmatamento nos primeiros anos, mas voltaram a desmatar em razão da morosidade do sistema de punições e da ausência de multas. O estudo mostrou que a adesão ao CAR no Pará e no Mato Grosso também não fornece incentivos para a recuperação ou compensação de áreas desmatadas ilegalmente no passado. Segundo a análise dos dados, os responsáveis por 83% das propriedades rurais do Mato Grosso e por 77% das propriedades do Pará declararam que não pretendem se adequar ao Código Florestal no contexto atual.

Durante as entrevistas, 76% dos proprietários rurais afirmaram que só recuperariam suas áreas caso fossem obrigados pelo governo ou se recebessem alguma espécie de incentivo. Outros 18% demonstraram não ter qualquer interesse em regularizar a situação de suas propriedades, e 6% alegaram estar com o processo de regularização em curso. Cem proprietários foram entrevistados nos dois estados.

“As entrevistas mostram que o CAR não consegue coibir o desmatamento nem levar à regularização ambiental porque não há incentivos que levem os produtores rurais a buscar a regulari-



Marcelo Costa e Raoni Rajão, dois dos autores do artigo: necessidade de rever custos e benefícios do cadastramento rural

zação. O estudo mostra a importância de se rever os custos e os benefícios do cadastramento. Hoje, se está cadastrada, a pessoa já possui acesso ao crédito rural subsidiado, mesmo que desmate. Assim, não existem incentivos para ir além do simples registro no sistema”, defende Rajão.

O professor acrescenta que é preciso agravar a punição a quem desmata, ao mesmo tempo que se deve aumentar o benefício dos cadastrados que não desmatam. “É um processo lento e que tem a ver com governança. Não adianta apenas punir, as pessoas precisam se sentir vigiadas e expostas às multas para que elas mudem a postura. Hoje é mais barato comprar e desmatar do que recuperar uma área que está degradada. São necessários incentivos para os proprietários, como acesso a linhas de crédito e mercados especiais para aqueles que preservam suas florestas. Só assim o CAR será efetivo no combate ao desmatamento”, afirma o professor.

Perdão

O novo Código Florestal foi aprovado em 2012 com o objetivo de perdoar boa parte do desmatamento ocorrido antes de 2008, com a aplicação plena das regras apenas depois que o código entrasse em vigor. Na opinião de Raoni Rajão, o instrumento não diminui a exigência de conservação futura, mas passa uma mensagem negativa, uma vez que proporcionou vantagem econômica a quem desmatou no passado. “O problema é que, desde a aprovação em 2012, essa rigidez prometida não aconteceu. E o pior: o Congresso Nacional continua mudando a lei para estender o prazo de implementação do código, inclusive ameaçando mudar a data de corte de 2008 para um ano mais recente”, critica.

Artigo: *Limits of Brazil's forest code as a means to end illegal deforestation*

Autores: Andrea Azevedo, Raoni Rajão, Marcelo Costa, Marcelo Stabile, Marcia Macedo, Tiago dos Reis, Ane Alencar, Britaldo Soares-Filho e Rayane Pacheco

Publicado em junho deste ano na *Proceedings of the National Academy of Sciences* (PNAS) e disponível em <http://www.pnas.org/content/114/29/7653.abstract>

INSUFICIENTES para PROTEGER

Pesquisa de consórcio internacional revela as limitações das unidades de conservação como instrumentos de preservação da biodiversidade brasileira

Luana Macieira

Cerca de 70% das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras ainda são pouco conhecidas e estudadas em relação à biodiversidade que abrigam, e mais da metade das espécies estão fora desses ambientes, incluindo as endêmicas, que são aquelas com distribuição restrita a determinadas áreas.

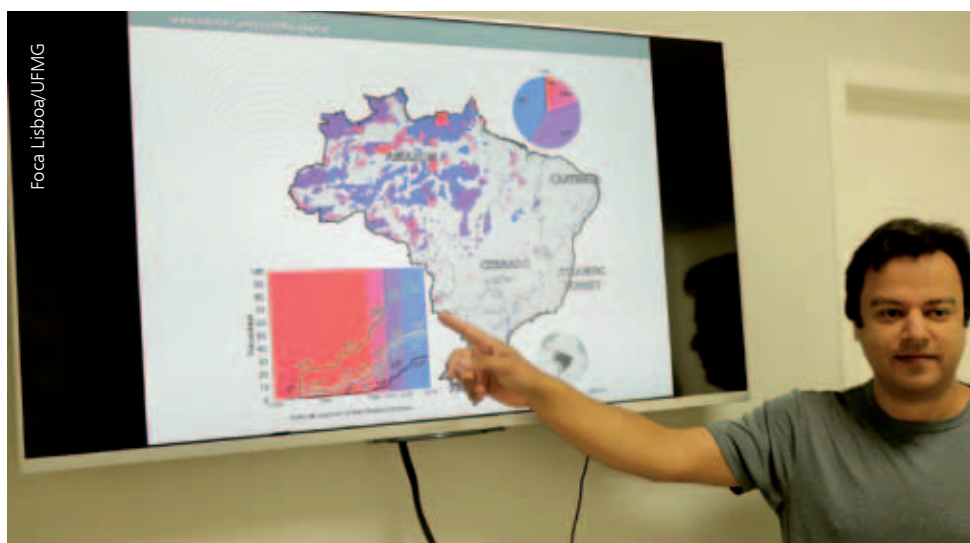
Essa é a conclusão central de estudo desenvolvido por 17 pesquisadores do Brasil e do exterior sobre as UCs, regulamentadas para servirem como áreas naturais de preservação e reserva do patrimônio biológico do país. Os resultados do trabalho constam do artigo *Biodiversity conservation gaps in the Brazilian protected areas*, publicado na revista *Nature* no mês passado. Seis pesquisadores da UFMG – Britaldo Silveira Soares-Filho, Ubirajara Oliveira, Adalberto Santos, João Renato Stehmann, João Aguiar Nogueira Batista e Adriano Pereira Paglia – integram a equipe que investigou a proteção oferecida pelas unidades de conservação à biodiversidade e o grau de conhecimento sobre a variedade de espécies que habitam as UCs.

A pesquisa foi desenvolvida com base em modelo que prevê a distribuição das espécies dentro das unidades de conservação. Três tipos de UCs foram observadas: as unidades de proteção integral, aquelas destinadas à proteção de recursos naturais e que são mais restritas à exploração, as de uso sustentável, áreas que abarcam as populações tradicionais que fazem uso sustentável da terra, e as terras indígenas, que são exploradas e conservadas por esses povos, barrando o avanço de caçadores e ruralistas.

Mais UCs

Segundo o pesquisador Ubirajara Oliveira, residente de pós-doutorado no Departamento de Modelagem Ambiental do IGC e um dos autores do artigo, os dados mostram que ainda se sabe muito pouco sobre a biodiversidade das unidades de conservação brasileiras. “É necessária a criação de mais UCs para a adequada proteção das espécies da flora e fauna do país, e precisamos de mais estudos sobre a biodiversidade nas unidades de conservação”, resume.

Ubirajara destaca que o Brasil é dono de uma das maiores biodiversidades da Terra, o que também indica a necessidade de se estudar novos modos de conservação da variedade animal e vegetal. “Observamos que nossa rede de unidades de conservação



Ubirajara: espécies endêmicas devem estar 100% dentro de unidades de conservação

não protege totalmente as espécies vegetais e animais, como aves, anfíbios, mamíferos e insetos. E constatamos também que espécies endêmicas precisam de atenção especial porque são mais sensíveis às mudanças ambientais. A sobrevivência delas está restrita a uma área específica, então deveriam estar 100% dentro de UCs”, defende.

Os pesquisadores se valeram do maior banco de dados do país, com quase 1 milhão de registros de 25 mil espécies animais e vegetais, todas elas consideradas no estudo. Para a previsão das árvores filogenéticas das espécies, o grupo cruzou a sua formação evolutiva com o mapa geográfico das UCs. Assim, foi possível observar quais espécies estavam dentro das unidades de conservação.

“Também realizamos cálculos que ajudaram a identificar se cada espécie considerada era endêmica ou não. Todas precisam de determinadas condições ambientais para viver, e os modelos, por meio de mapas, identificam as condições necessárias para a sobrevivência de uma espécie, ou seja, até onde ela vai geograficamente. Esse entendimento é importante para que possamos determinar as regiões geográficas em que as UCs deveriam ser criadas”, explica Ubirajara.

Conhecimento desequilibrado

Segundo o pós-doutorando, ainda é pequeno o conhecimento sobre as espécies que habitam determinadas unidades de conservação no país. Isso se deve ao fato de que os estudos são restritos às UCs mais antigas e àquelas localizadas na região Sudeste do Brasil, pois estão mais próximas

dos centros de pesquisa. “Expedições que investiguem UCs da caatinga e da Amazônia são muito mais caras, e isso faz com que se saiba muito sobre as UCs da Mata Atlântica e pouco sobre as outras. Precisamos desenvolver esforços nas unidades de conservação distantes dos grandes centros, pois só assim será possível elaborar planos de manejo para elas”, propõe.

O estudo publicado na revista *Nature* é, de acordo com Ubirajara Oliveira, a maior compilação já feita sobre a biodiversidade existente nas UCs brasileiras. O próximo passo do grupo é estudar as áreas de relevância biológica e o modo como o uso da terra e o desmatamento influenciam a variedade animal e vegetal. A equipe pretende compreender o processo de evolução das espécies, de modo a prever como reagirão às mudanças climáticas no futuro.

Artigo: *Biodiversity conservation gaps in the Brazilian protected areas*

Autores: Ubirajara Oliveira, Britaldo Silveira Soares-Filho, Adriano Pereira Paglia, Antonio D. Brescovit, Claudio J. B. de Carvalho, Daniel Paiva Silva, Daniella T. Rezende, Felipe Sá Fortes Leite, João Aguiar Nogueira Batista, João Paulo Peixoto Pena Barbosa, João Renato Stehmann, John S. Ascher, Marcelo Ferreira de Vasconcelos, Paulo De Marco, Peter Löwenberg-Neto, Viviane Gianluppi Ferro e Adalberto Santos.

Publicado na revista *Nature* em 22 de agosto e disponível em <https://www.nature.com/articles/s41598-017-08707-2>

PATRIMÔNIO em MOVIMENTO

Instituições e pesquisadores latino-americanos unem-se para divulgar conhecimentos sobre cultura gráfica na região

Itamar Rigueira Jr.

Tipos preservados no Museu Tipografia Pão de Santo Antônio, em Diamantina

Pesquisadores da UFMG e de outras universidades trabalham para consolidar a recém-criada Rede Latino-americana de Cultura Gráfica, cujo objetivo é ampliar a circulação da produção relacionada ao patrimônio gráfico dos países da região. “Há um descompasso entre o ritmo do trabalho e a sua divulgação”, afirma Ana Utsch, que coordena a rede ao lado de Marina Garone, da Universidad Nacional Autónoma de México. O grupo reúne representantes de outros oito países: Colômbia, Chile, Argentina, Uruguai, Cuba, Paraguai, Peru e Equador.

A rede já encaminha iniciativas como o seminário *Rastros lectores: seminario interdisciplinario sobre el libro en América Latina*, que será realizado em abril de 2018, em Santiago, Chile. O evento é promovido em parceria com o Archivo Central Andrés Bello, da Universidad de Chile, e com o Observatorio del Libro y la Lectura.

Com apoio do Centro de Estudos Latino-americanos e do Centro de Estudos Africanos, ambos da UFMG, também foi feita proposta à Editora UFMG para a criação da coleção *Patrimônio vivo*, destinada a promover a circulação de estudos desenvolvidos no âmbito do patrimônio gráfico e das culturas afro-indígenas no interior do espaço latino-americano. Pelo menos duas obras estão prontas para publicação: *Encontros em torno de livros (e tipos)* e outra sobre o vocabulário banto falado no Brasil.

A criação da Rede Latino-americana de Cultura Gráfica dá continuidade a uma série de ações realizadas por professores e pesquisadores da UFMG no âmbito dos estudos editoriais e da preservação do patrimônio gráfico, com ênfase na implantação do bacharelado pleno em edição na Faculdade de Letras, prevista para 2018, e no projeto Museu Vivo Memória Gráfica, inicialmente vinculado ao Centro Cultural UFMG, que criou espaço dedicado ao desenvolvimento de práticas e tradições relativas à cultura gráfica, como tipografia, caligrafia, gravura, edição, ilustração, design e encadernação. A Universidade também participou do projeto que resultou na implantação, em Diamantina, do Museu Tipografia Pão

de Santo Antônio, que preserva equipamentos e técnicas relacionadas a periódicos que circularam por quase 100 anos.

“Tanto no Centro Cultural como em Diamantina, trabalhamos com o conceito de museu vivo, em que a ideia é manter o patrimônio gráfico e tipográfico funcionando, trabalhar com o gesto do ofício, o manuseio de tipos e impressoras. Valorizamos muito também os depoimentos colhidos de tipógrafos”, explica a professora Sônia Queiroz.

Na Colômbia

O campo dos estudos editoriais e da preservação do patrimônio gráfico foi um dos núcleos de interesse de missão à Colômbia, realizada em agosto, em que Sônia Queiroz e Ana Utsch fizeram contatos com diversas instituições e pesquisadores, com os quais trataram de pesquisas conjuntas e intercâmbios, entre outros temas.

Entre outras universidades, elas estiveram na Universidad Del Cauca e no Instituto Caro y Cuervo, que abriga a Imprenta Patriótica, oficina de tipografia que ainda produz regularmente para o mercado, com máquinas e técnicas antigas. Elas visitaram também a Biblioteca Nacional da Colômbia, onde conheceram acervos ainda pouco estudados na América Latina. “Entrar em contato com as coleções especiais da Biblioteca nos mostrou como conhecemos pouco os nossos acervos e como as fontes ainda são pouco partilhadas. Há um grande mapeamento a ser feito, no que se refere à teoria, à prática e à constituição de uma bibliografia latino-americana da cultura gráfica”, diz Ana Utsch.

Também integrou a missão da UFMG o professor Romulo Monte Alto, da Fale, diretor do Centro de Estudos Latino-americanos (Cela), que fez contatos na área de culturas afro-indígenas, suas línguas e literaturas. A viagem foi organizada pelo Cela e pelo Centro de Estudos Africanos, ambos vinculados à Diretoria de Relações Internacionais da UFMG.

[Matéria publicada no Portal UFMG em 12/09/2017]

MICROBIOLOGIA

Estudantes de graduação, pós-graduação, profissionais e pesquisadores da área de microbiologia podem se inscrever, até o dia 28, no 4º Simpósio de Microbiologia da UFMG, que será realizado nos dias 2 e 3 de outubro, no Centro de Atividades Didáticas de Ciências Naturais (CAD 1), campus Pampulha.

Com o tema *Metabolismo microbiano: saúde, ambiente e biotecnologia*, o evento tem o objetivo de integrar a pesquisa científica produzida por discentes e docentes, além de proporcionar a troca de experiências e informações científicas. As inscrições devem ser feitas no endereço <https://goo.gl/TLVj69>.

SEMANA DA CHINA

O Instituto Confúcio da UFMG promove, de 25 a 29 de setembro, a Semana Cultural da China, com o tema *Preservação da saúde*. O objetivo é difundir a língua e a cultura chinesas. Serão realizadas as palestras *O mundo de Lao She: modernidade e tensões sociais*, ministrada por Márcia Schmaltz, e *Medicina chinesa*, por Magnus Lentz Monteiro Boson. A programação inclui também atividades como *tai chi chuan*, caligrafia chinesa e comidas típicas. O evento será realizado no pátio em frente ao auditório 1007 da Faculdade de Letras. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3409-3259.

CENTRO PEDAGÓGICO

Termina em 10 de outubro o período de inscrições para o processo seletivo 2018 para o 1º ano do ensino fundamental do Centro Pedagógico da UFMG. O procedimento deve ser feito no site da Copeve (www.ufmg.br/copeve). Podem participar crianças que nasceram de 1º de abril de 2011 a 31 de março de 2012.

São oferecidas 50 vagas, sendo três para alunos com necessidades especiais. A taxa de inscrição é R\$ 65. A seleção se dará por sorteio, no dia 4 de novembro. A relação dos sorteados será publicada em 7 de novembro no site da Copeve. Mais informações podem ser obtidas no edital: <http://bit.ly/2wSmBYe>.

REITOR EM EXERCÍCIO

O professor José Marcos Silva Nogueira [foto], do Departamento de Ciência da Computação (DCC) do ICEx, assumiu, na semana passada, o exercício do Reitorado na UFMG. Ele substitui o reitor Jaime Ramírez, afastado por razões pessoais e de saúde.

Como a professora Sandra Goulart Almeida, sucessora imediata do reitor, se desincompatibilizou do cargo de vice-reitora para concorrer à Reitoria, José Marcos assume a função de dirigente máximo da instituição por ser o decano do Conselho Universitário, ou seja, o membro do colegiado há mais tempo no exercício do magistério, conforme prevê o estatuto da UFMG.

Ao se reunir pela primeira vez com pró-reitores e assessores, o reitor em exercício afirmou a intenção de cumprir “a missão de manter a universidade em pleno funcionamento”.



Foca Lisboa/UFMG

Trajetória

Mineiro de Passos, José Marcos Nogueira ingressou na UFMG como aluno do antigo Colégio Universitário, em 1970. Foi estagiário de tecnologia do Centro de Computação (Cecom) e mais tarde assumiu, por concurso, o cargo de analista de tecnologia. Pela UFMG, é graduado em Engenharia Elétrica (1975) e mestre em Ciência da Computação (1979). Em 1985, obteve o grau de doutor em Engenharia Elétrica pela Unicamp. É professor da UFMG desde 1980 e foi um dos fundadores do Departamento de Ciência da Computação (DCC), do qual foi chefe. Foi também coordenador dos colegiados de graduação e pós-graduação.

Suas pesquisas estão concentradas nas áreas de redes de computadores, gerenciamento de redes, redes de sensores sem fio, computação móvel e redes tolerantes a interrupções. Tem experiência em projetos de desenvolvimento de software, particularmente de gerenciamento e supervisão de redes.

CONSULTA À COMUNIDADE

Três chapas foram inscritas para participação no processo de consulta à comunidade da UFMG que vai subsidiar a escolha do próximo Reitorado (2018-2022). A consulta para elaboração de lista tríplice será realizada nos dias 8 e 9 de novembro; se houver necessidade, o segundo turno ocorrerá nos dias 21 e 22 do mesmo mês.

Pela ordem, foram inscritos os candidatos Renato de Lima Santos, da Escola de Veterinária (reitor), e Carmela Maria Polito Braga, da Escola de Engenharia (vice-reitora); Sandra Regina Goulart Almeida, da Faculdade de Letras (reitora), e Alessandro Fernandes Moreira, da Escola de Engenharia (vice); Andrea Mara Macedo, do Instituto de Ciências Biológicas (reitora), e Paula de Miranda Ribeiro, da Faculdade de Ciências Econômicas (vice).

A Comissão Eleitoral funciona na sala 4003 da Reitoria. Contatos podem ser feitos pelo telefone (31) 3409-4426 e pelo e-mail comissaoeleitoral2017@ufmg.br.

SAÚDE SUPLEMENTAR

A edição 2017 do prêmio 7º IESS de Produção Científica em Saúde Suplementar tem inscrições abertas até 15 de outubro. A iniciativa é do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), que pretende incentivar a pesquisa na área, reconhecendo trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação – especialização, MBA, mestrado ou doutorado – com qualidade técnica e potencial de aplicabilidade no setor. Serão premiados trabalhos nas áreas de Economia, Direito e Promoção da Saúde, Qualidade de Vida e Gestão em Saúde.

As inscrições, gratuitas, devem ser efetuadas pelo e-mail premio@iess.org.br. O regulamento e o edital do concurso estão disponíveis no site do IESS (<https://www.iess.org.br/>). Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 3706-9747 ou pelo e-mail contato@iess.org.br.

Onde o HUMANO se REFUGIA

Em colóquio internacional na Arquitetura, pesquisadores vão discutir papel do humor como instrumento de resistência à violência

Ewerton Martins Ribeiro

Em seu último livro de ensaios, Milan Kundera defende o humor como forma de resistência à barbárie; em tempos arbitrários, ele seria “o último refúgio do humano”, conforme registra o escritor em *Um encontro*. Kundera não está sozinho nesse entendimento. De Freud a Walter Benjamin, vários pensadores se interessaram por perscrutar “o que é que o humor tem a ver com o terreno ensanguentado” das grandes “tragédias da história”, como escreve Kundera.

A relação entre o riso e a resistência será abordada no colóquio internacional *O humor contra a violência na cidade*, que reunirá, no auditório da Escola de Arquitetura, nos dias 2, 3 e 4 de outubro, pesquisadores do Brasil e da França dos campos do direito, da arquitetura, da história, das letras, da sociologia, da filosofia e das artes. “Desde o século 19, há uma grande produção de humor no Brasil, que prossegue até os dias de hoje, com as caricaturas e músicas de Carnaval, entre outras formas de expressão. O humor é uma linguagem recorrentemente mobilizada para desatar os dispositivos produtores de violência”, comenta a coordenadora do evento, professora Myriam Bahia Lopes, da Escola de Arquitetura. Como exemplo, ela cita o golpe civil-militar brasileiro, que instituiu uma ditadura contra a qual se insurgiu uma forte produção humorística.

Para a professora, o humor pode sinalizar o caráter dos ventos que sopram em um país. “Ele produz discursos de resistência ao discurso fundamentalista. Pense nos terroristas, nas personalidades das ditaduras, dos fascismos. Os fundamentalistas são incapazes de rir – de si mesmos e dos outros. O humor é esse discurso que nos ajuda a sair de uma identidade rancorosa, autocentrada, para



Mural pintado pelos irmãos Otávio e Gustavo Pandolfo, em Boston

enxergarmos o outro e desatarmos os dispositivos que produzem violência”, detalha.

Myriam coordena o evento ao lado da socióloga Claudine Haroche, diretora de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França. Elas abrem o evento na manhã do dia 2 de outubro com apresentação sobre o tema do colóquio. As inscrições custam R\$ 40 para profissionais, R\$ 20 para alunos de pós-graduação e R\$ 10 para graduandos. Em razão do limite de espaço do auditório, há apenas 100 vagas para o colóquio.

Programação

Na manhã do dia 2, Claudine Haroche ministra a conferência *O humor, saber rir de si*. Em seguida, a filósofa Rita Velloso – que é professora e vice-diretora da Escola de Arquitetura – fala sobre *Mikhail Bakhtin e a vida nas ruas: polifonia, diálogo e algum carnaval*. No mesmo dia, à tarde, a crítica literária Flora Sussekind, professora do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), vai abordar o tema *Séculos XIX e XXI: um diálogo sobre o humor e a violência* (título provisório), e a historia-

dora da arte e semióloga Ségolène Le Men, da Universidade Paris Nanterre, da França, vai ministrar a palestra *A caricatura ou o grito do cidadão*.

Na abertura dos trabalhos do dia 3, o editor Olivier Mongin, da *Esprit* – clássica revista francesa dedicada às ciências humanas –, falará sobre o tema *Risos na fronteira: sobre os burlescos do cinema mudo e os cômicos contemporâneos da migração na França*. Em seguida, Myriam Bahia Lopes ministra a conferência *O humor como astúcia do deslocamento face à violência na cidade*.

No mesmo dia, à tarde, o escritor Teodoro Rennó Assunção, professor da Faculdade de Letras, ministra palestra sobre *Sátira contra violência urbana em 'Três mulheres de três PPPs de Paulo Emílio'*. Em seguida, o artista visual Carlos Matuck faz um relato sobre *O graffiti e o humor na cidade de São Paulo*.

Na manhã de quarta-feira, 4, a arquiteta Clara Luiza Miranda, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), ministra a palestra *Arquitetura e status quo: ausência de humor na cidade*. Em seguida, Regina Helena Alves Silva, professora do Departamento de História da Fafich, realiza a atividade *Diálogos com humor na escrita urbana*, projeção de vídeo seguida de debate. Ainda na parte da manhã, a professora da Escola de Arquitetura Maria Luiza Viana e o artista Binho Barreto ministram a oficina *O humor e a rua contra a violência na cidade*, sobre a arte do grafite.

Durante todo o evento, a Escola de Arquitetura receberá instalação do fotógrafo e professor de artes Kenji Ota. A programação pode ser consultada no site www.arq.ufmg.br/nehciti/coloquio.